

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Senhor Rubens Pereira Júnior)

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a Mesa de Negociação Salarial da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho – SEGRT com entidades representativas de servidores públicos.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 do § 2º da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) o seguinte requerimento de informação com os questionamentos que se seguem:

1. Por qual motivo a categoria supramencionada ficou sem qualquer resposta do MPOG em 2015?
2. Porque até a presente data a categoria não teve sua Mesa de Negociação retomada?
3. A categoria não terá qualquer revisão em sua estrutura remuneratória?
4. Quando a Mesa de Negociação com a referida categoria será retomada?

JUSTIFICAÇÃO

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) encaminhou ao Congresso Nacional em 30 de dezembro de 2015 os projetos de lei resultantes dos acordos com as entidades representativas de diversas categorias de servidores públicos federais totalizando, segundo publicou em sua página na internet, 90% do funcionalismo.

Na mesma publicação em 30 de dezembro, listou nove categorias que não tinham chegado a bom termo em 2015 e cujos acordos consistiriam no desafio para os negociadores do Ministério em 2016. Dentre essas destaca-se a categoria de

infraestrutura, Analistas de Infraestrutura e Especialistas em Infraestrutura que reclamam ter ficado sem qualquer resposta, diferentemente das demais que recusaram a proposta do Governo.

A questão desta categoria, criada em 2007 no escopo das medidas para mitigar os chamados “gargalos do crescimento”, para restituir à Administração Pública Federal a capacidade técnica de comandar a retomada dos investimentos na infraestrutura de base de titularidade do estado, encontra-se encoberta pelas dúvidas que motivam a presente consulta pois, conforme repercutido na imprensa, ficou sem qualquer resposta.

Sua representação atendeu à convocação do próprio Governo a apresentar sua proposta. Apresentou uma proposição de reestruturação de carreira, formulada pela categoria, que se adequa aos parâmetros estabelecidos pelo próprio MPOG no tocante ao incremento da folha, que inicialmente foi de 21,3% em quatro anos e depois foi alterado para 27,9% ao final de 2015.

Assim e considerando a relevância do trabalho desta categoria nos órgãos da Administração responsáveis pela condução de um dos três eixos principais destacados no Plano Plurianual – PPA, bem como pelo acima exposto, requiro então esclarecimentos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) sobre o ora arguido.

Sala das sessões, em 09 de março de 2016.

Deputado Rubens Pereira Júnior
PCdoB/MA